

## MATERNALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO FAZER DA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A ÓTICA FOUCAULTIANA

Laís dos Santos Lopes\*  
Solange Mary Moreira Santos\*\*

**Resumo:** É inusitado ver um homem no trabalho pedagógico com as primeiras infâncias, desafiando as expectativas tradicionais. Com essa e outras reflexões, este artigo se desenvolve, a fim de perceber como o neoliberalismo tem criado caminhos ontológicos e epistemológicos da docência nas escolas ocidentais de Educação Infantil. Este artigo segue critérios de revisão bibliográfica e buscou discutir a maternalização do fazer da professora de Educação Infantil, partindo das ideias de Brown (2019), Dardot e Laval (2016), Diniz (1998), Foucault (2008c), Federici (2017) e Rosemberg (2003). Ao adotar uma perspectiva foucaultiana, observou-se que a docência em creches-escolas está sujeita a determinantes estruturais que refletem uma racionalidade político-moral: a supremacia do masculinismo branco.

**Palavras-chave:** Educação infantil; neoliberalismo; maternalização; docência.

## MATERNALIZATION OF TEACHING WORK: A CRITICAL ANALYSIS OF THE ROLE OF THE EARLY CHILDHOOD TEACHER FROM THE FOUCAULTIAN PERSPECTIVE

**Abstract:** Is it unusual to see a man working in early childhood education, challenging traditional expectations. Through these and other reflections, this article explores how neoliberalism has shaped the ontological and epistemological teaching pathways in Western early Childhood Education. This article adopts a bibliographic review approach and seeks to discuss the maternalization of the work of early childhood teachers, drawing on the ideas of Brown (2019), Dardot and Laval (2016), Diniz (1998), Foucault (2008c), Federici (2017) and Rosemberg (2003). By adopting a Foucauldian perspective, it was observed that teaching in preschool is subject to structural determinants that reflect a political-moral rationality: the white male supremacy.

**Keywords:** Early childhood education; neoliberalism; maternalization; teaching.

## **Pensando além da maternidade: introdução aos escritos sobre docência das infâncias**

O título desta seção se inscreve no âmbito epistemológico da reflexão sobre a docência das infâncias como prática governada, pensando a maternalização como uma forma de docilização do corpo docente: a exigência de amor incondicional, sacrifício e entrega como técnicas de governo. Nestes escritos, interpreta-se a docência como um campo que não se confunde com a maternidade, constituindo-se estatuto científico e contraponto político ao processo de submissão, ainda que, historicamente, tenha sido atravessada por noções que não são neutras, como revela, por exemplo, a própria denominação de turmas de “maternal”.

Desse modo, defende-se aqui que ser professora não é o mesmo que ser mãe, nem se limita a essa identidade. Problematiza-se os fazeres docentes que se constroem, se reproduzem e se sustentam na lógica da subordinação de gênero, segundo a qual as mulheres seriam destinadas a permanecer no lar, cuidando de seus próprios filhos ou dos filhos de outras mulheres (Rosemberg, 2003).

A maternalização da docência revela-se, portanto, como um dispositivo, dada sua capacidade de moldar práticas e corpos por meio de normas institucionais centradas no cuidado, no afeto, no sacrifício e na doação, especialmente entre aquelas que atuam na docência voltada às primeiríssimas infâncias. Foucault (2016) define dispositivo como um conjunto decididamente heterogêneo que abrange discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Nesse sentido, tanto o dito quanto o não dito compõem os elementos que estruturam o dispositivo.

Nesse contexto, é relevante destacar a constituição feminina da docência brasileira, particularmente na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica. Conforme Diniz (1998), o ensino é uma das áreas que apresenta uma notória concentração de mulheres desde o final do século XIX, tendência que se tornou mais evidente nas décadas subsequentes com a inserção da mulher no mercado de trabalho. Sendo assim, embora a sociedade possa perceber a escolha pela carreira

docente como uma decisão pessoal da mulher, coexiste uma conjectura histórica que reflete na ocupação por mulheres (Senatore; Vieira, 2021).

Por fim, Foucault (2008c) oferece contribuições valiosas para a reflexão sobre a construção histórica do corpo como objeto de poder. Como exemplo, tem-se que o teórico clássico, ao analisar a retórica corpórea do soldado, na segunda metade do século XVIII, lança luz ao corpo como objeto que é transformado em uma máquina submetida à correção e coação. Essa perspectiva permite compreender como o poder atua sobre diferentes corpos, impondo limitações, proibições e moldando identidades, inclusive o corpo da mulher e suas formas de pensar seu lugar social na contemporaneidade.

Considerando as reflexões apresentadas anteriormente, o presente artigo tem por objetivo problematizar a complexa relação entre a docência na Educação Infantil, o neoliberalismo e a masculinidade hegemônica, buscando esclarecer questões fundamentais que permeiam essa interface por meio do fenômeno da maternalização. Além dos elementos pré e pós-textuais, a estrutura do artigo compreende outras três seções: “Racionalidade e controle na era neoliberal: notas sobre a lógica neoliberal de subjetivação”, que apoia, com ideias teóricas, essa razão social, em interface com as interações socioculturais da mulher-professora; “Infâncias: perspectivas para ampliar a reflexão”, a qual analisa as concepções de infância e suas implicações na educação; e “Maternalização da docência e educação infantil: uma abordagem crítica”, que reflete a docência na educação infantil, sob a perspectiva da escola ocidental.

## **1 Racionalidade e controle na era neoliberal: notas sobre a lógica de subjetivação**

Com base nos trabalhos de Foucault (2008a, 2008c), é possível compreender pilares fundamentais do neoliberalismo, como a racionalidade governamental, a biopolítica e a noção de população. Esta, fundamenta-se na distinção da ideia de povo e população. A ideia tradicional de “povo”, entendida como um corpo homogêneo, é deslocada pela noção de “população”, uma unidade sobre a qual incide o poder biopolítico. Essa mudança revela uma lógica individualizante e calculada,

característica da racionalidade neoliberal, que busca governar condutas específicas por meio da gestão da vida. Nessa perspectiva, torna-se possível compreender por que certas disciplinas são aplicadas de maneira diferenciada às mulheres, produzindo formas particulares de subjetivação. Afinal, os sujeitos não são dados naturais, mas construídos historicamente, como enfatiza Foucault (1977).

Outra importante percepção reside na premissa de que a razão neoliberal não se caracteriza pela imposição de uma coerção extensa sobre o sujeito, mas, sim, na ideia de autogoverno. Por essa perspectiva, a orientação das condutas dos sujeitos ocorre por meio da liberdade – o conceito de liberdade é disputado por diversas interpretações teóricas –, e não em oposição a ela, conforme argumenta Foucault (2008b).

Na perspectiva neoliberal e iluminista, trata-se de uma liberdade individualizante, fundamentada na mentalidade de ser responsável por si e suas próprias ações. Ferreira, Padilha e Starosky (2010, p. 122) salientam que “as formas de liberdade que vivemos hoje estão, pois, intimamente ligadas a um regime de individualização no qual os sujeitos não são meramente ‘livres para escolher’, mas obrigados a serem livres”. Esse viés permite explorar como os processos de controle e moldagem são impostos ao corpo feminino, desde a infância, para garantir sua utilidade e inteligibilidade dentro de uma estrutura patriarcal. Tal circunstância provoca questões sobre como as normas de gênero são inscritas no corpo feminino desde cedo, deixando-as “livres” a se adaptarem às demandas do mercado.

Nesse sentido, a liberdade também pode ser vista como mecanismo de opressão, visto que é, muitas vezes, ilusória, pois as mulheres ainda enfrentam inúmeras barreiras estruturais e sociais. Por exemplo, as mulheres persistem em movimentos de luta de acesso à educação e às oportunidades de emprego, de modo a estarem mais propensas a serem vítimas de violência doméstica e sexual, entre outros laçaios neoliberais.

A partir de premissas foucaultianas, Dardot e Laval (2016) contribuem significativamente para a compreensão da racionalidade neoliberal, argumentando que essa estrutura organiza tanto os governantes quanto os governados, através da generalização da concorrência como princípio norteador da existência, e da empresa como modelo hegemônico de subjetivação. A teórica Brown (2019) vai além,

salientando que a racionalidade neoliberal pela liberdade é mais que um projeto de ampliação da esfera de competição e valoração do mercado, tratando-se de um projeto político-moral que visa a proteger as hierarquias tradicionais – elementos constituintes da direita radical, que vem ganhando forte impacto desde o bolsonarismo brasileiro e trumpismo americano – e sujeitar as regras de bem comum e de democracia.

O “masculinismo branco”, por então, é entendido no presente escrito como um dos subordinados da direita extremista e do neoliberalismo. Com isso, cabe explicitar que essa expressão não desenha, de forma meramente simples, o homem de cor branca, mas sim todo o arremate das hegemonias de gênero e raça que corroem o político e a democracia.

Para ampliar a reflexão aqui estabelecida, na obra “Vigiar e punir: história da violência nas prisões”, Foucault (2008c) propõe contribuições oportunas para a elucidação presente, transcendendo o campo prisional-jurídico na Idade Moderna. Nessa obra, Foucault (2008c) analisa a retórica corpórea do soldado como uma construção histórica de meados do século XVIII, que envolve o expurgo da identidade camponesa e a emergência da fisionomia do soldado. Esse processo transforma um corpo informe em uma máquina que requer correção e coação calculada, até alcançar o automatismo dos hábitos. Nessa perspectiva, o corpo é concebido como objeto e alvo de poder (Foucault, 2008c). A referida análise permite, portanto, compreender outros esquemas de poder que atuam sobre diferentes corpos, em diversas áreas e variados gêneros, como uma forma de investimento imperioso e urgente, que impõe limitações, proibições ou obrigações.

Nesse projeto societário, os métodos de controle são caracterizados pela coerção ininterrupta, que vigia os processos mais do que os resultados em si. Essa abordagem se baseia em uma codificação rígida, que regula tempo, espaço e movimentos. Como consequência, esses métodos realizam a sujeição constante das forças individuais e impõem uma tensão entre docilidade e utilidade, a qual pode ser sintetizada como disciplina. Conforme Foucault (2008c), as disciplinas se tornaram fórmulas gerais de dominação, uma “anatomia política” que se desenvolveu no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

Dessa maneira, as disciplinas têm capacidade de manipular, modelar e treinar o corpo que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças multiplicam-se, permitindo pensar os processos impostos ao corpo da mulher, para que continue útil e inteligível, principalmente quando envolto em infâncias.

Nesse cenário, por falar de Educação Infantil, abrir-se-á nota, a fim de criar outros subsídios e, em seguida, volta-se à problematização da maternalização do fazer docente.

## **2 Infância(s): perspectivas para ampliar a reflexão**

As infâncias são vivenciadas coletivamente, mediante relações com o outro, que são, ao mesmo tempo, pedagógicas e socialmente significativas. Isso permite compreendê-las como espaço-tempo geracional. A criança, por sua vez, tem sido objeto de análise e protagonizado pesquisas e estudos interdisciplinares em diversas áreas e campos científicos, notadamente nas ciências sociais, humanas e da saúde.

Posto isso, cabe destacar que diversos teóricos, como Araújo e Gomes (2023), Kramer (2006), Moruzzi e Tebet (2017) e Sarmiento (2005), tematizam que, historicamente, a criança não foi sempre concebida como sujeito ativo, produtor de cultura e agente social, mas como objeto de intervenção, educação e proteção. Durante um longo período, a criança permaneceu socialmente invisível, marginalizada e excluída dos processos de tomada de decisão e construção de políticas públicas. Somente recentemente, a criança começou a ser reconhecida como sujeito de direitos, com necessidades e interesses específicos, e como ator social capaz de influenciar e transformar a realidade social.

Sarmiento (2005) propôs o uso do termo “infâncias”, no plural, destacando a pluralidade dos modos de ser criança. Segundo o autor, as infâncias constituem uma “categoria social do tipo geracional pela qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos de estrutura social” (Sarmiento, 2005, p. 363). Nesse contexto, as autoras do presente texto se inspiram em tal perspectiva, considerando as diversas classes sociais e a criança como ator social pleno, inserido ativamente na sociedade e influenciado pela complexidade do meio.

Nessa direção, Corsaro (2005) também destaca que o desenvolvimento das crianças não é um processo individual, mas sim cultural e coletivo. Além disso, é fundamental reconhecer que as crianças “produzem cultura singular e subjetiva, que pensam, agem e entendem o mundo de sua própria maneira” (Machado; Brostolin, 2022, p. 43-44).

Por isso, considerar o termo “infâncias” manifesta um contraponto ao próprio modelo construído antes da década de 80, que foi fundamentado por um viés universal, biologicista e adultocêntrico. Dessa maneira, admitir a infância como categoria geracional, as crianças como múltiplos-outros, repreendendo perspectivas teóricas construídas através de uma projeção da criança como adulto em miniatura, é um esforço desconstrucionista (Sarmiento, 2005).

É relevante ensejar que as creches foram um dos muitos pontos de pauta e luta do movimento feminista na sociedade neoliberal dos anos 70. Essa luta é respaldada, primeiramente, na necessidade da mãe trabalhadora, que precisava labutar fora de casa e ter um lugar seguro para resguardar os seus filhos (Faria, 2006).

A luta pelas creches esteve atrelada ao subtema de igualdade de gênero, quando se buscavam alternativas de acesso ao trabalho, tendo em vista que o cuidado e a guarda das crianças pequenas eram pautas da legislação trabalhista e da reivindicação das mães trabalhadoras (Macedo, 2015). Ao perceber o processo interativo daquelas crianças nos ambientes, o que era reivindicação trabalhista, passou a fundamentar o direito à educação das crianças em espaços públicos e coletivos (Macedo, 2015).

Na face do exposto, nota-se que a docência nas escolas das primeiras infâncias é demanda de luta, intrinsecamente, do lugar feminino da mulher-mãe no mercado de trabalho, que pode ser uma das explicações para os equívocos envolvidos com a ideia de cuidado. Seria a professora das infâncias a substituta da mãe? Politicamente, não.

Segundamente, observa-se que, a partir da noção complexa e geracional de infâncias (Sarmiento, 2005), bem como da criança como ator social, o fazer docente e os currículos aproximam-se mais das práxis epistemológicas, contrapondo-se à tecnologia simplista da maternalização. Na escola, partindo do prisma teórico-conceitual, a docência reclama por pesquisa, estudo, planejamento pedagógico e

intencionalidade político-curricular, reconhecendo a Educação Infantil como política de educação às crianças de 0 aos 5 anos de idade, integrando-se ao rol das políticas sociais de educação e de assistência ao(a) trabalhador(a) (Rosemberg, 2003).

### **3 Maternalização da docência de educação infantil: uma abordagem crítica**

Inicialmente, é fundamental esclarecer que a Educação Infantil, etapa destinada às crianças de 0 a 5 anos, é garantida como direito público subjetivo no ordenamento jurídico brasileiro, com foco social de proteção e instrução às crianças. Essa garantia está consagrada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Visto isso, vale ressaltar que as professoras de Educação Infantil atuam diretamente com as primeiras infâncias, desempenhando um papel fundamental na formação e no desenvolvimento das crianças.

Como citado anteriormente, por meio de uma análise ontológica, Foucault (2008c) identificou, no contexto do exército, uma série de práticas disciplinares que visavam a adestrar o corpo e a mente do sujeito, as quais são estendidas às fábricas, prisões e escolas. Nessa análise, emergem arcabouços teóricos que concebem os sujeitos como objetos passíveis de moldagem, incluindo as mulheres em suas diversas ocupações, como na docência.

Esse paradigma disciplinar busca fabricar corpos submissos, treinados e “dóceis”, mediante a implementação de mecanismos de controle que desempenham múltiplas funções: econômica, política e moral. Sendo assim, tal abordagem opera de forma mecânica e individualizada, visando a maximizar a utilidade econômica e a obediência política. Como afirma Foucault (2008c), no que diz respeito à economia de utilidade, a disciplina aumenta as forças do corpo, mas, em relação às questões políticas de obediência, ela diminui essas mesmas forças.

Nesse viés, Brown (2019) apresenta uma análise crítica da razão neoliberal, destacando suas manifestações multifacetadas por meio de dispositivos como a

privatização do Estado, o desmonte da solidariedade social, a financeirização e a corrosão da democracia. Além disso, a autora salienta que o neoliberalismo é um projeto político-moral que se desenvolve dentro das “democracias” liberais-capitalistas, frequentemente disfarçando-se sob a aparência de seus opostos, tais como: nacionalismo, conservadorismo cristão, racismo e masculinismo branco. Este último é destacado na presente análise como um motivador das disciplinas à mulher.

Diante disso, faz-se relevante explicitar que, nas instituições de oferta da Educação Infantil, diversos dispositivos neoliberais são frequentemente mobilizados para perpetuar a manutenção do poder sobre o corpo da mulher-professora, por vezes confundindo sua docência com o ato de maternar e seus imperativos culturais. Alguns exemplos são:

- a) o confinamento subjetivo ao espaço doméstico;
- b) a naturalização da não remuneração ou a não validação do trabalho desempenhado;
- c) a arquitetura de “submissão à figura masculina”, reforçando a hierarquia de gênero;
- d) a responsabilização unilateral da bipartite educação-cuidado no espaço doméstico, tornando a mulher como encarregada do cuidado físico e emocional da família, especialmente do marido, das crianças e dos idosos.

No contexto das escolas de Educação Infantil no ocidente, essa mesma lógica cultural é exercitada, “materializando um duplo espaço do lar”, em que o cuidado pedagógico e a educação escolar das crianças são tensionadas ao lugar de desvio. Essa prática relaciona-se com condições de trabalho precárias, baixa remuneração e falta de valorização profissional que perpetua-se na esteira histórica. Rosemberg (2003) pauta essa temática ao esclarecer mais um fardo ao Sísifo a partir do modelo de Educação Infantil operacionalizado na fase de expansão na década de 60:

Apesar da variedade, os ingredientes básicos foram selecionados dentro dos custos, ou melhor, do parco investimento público na linha de chegada: educadores(as) ou professores(as) leigos(as), isto é, não-profissionais, justificando salários reduzidos; espaços improvisados, mesmo quando especificamente construídos para a EI; material pedagógico, também improvisado ou escasso, como brinquedos, livros, papéis e tinta (Rosemberg, 2003, p.180).

Ademais, é notável que os homens (brancos) raramente se submetem a essas condições, reforçando assim a divisão sexual do trabalho e a hierarquia de gênero. Nessa perspectiva, como afirma Foucault (1999, p. 42), trata-se de “um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas”.

Federici (2017), em sua obra seminal “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, alonga a reflexão sobre a importância crucial do trabalho doméstico realizado pelas mulheres ao longo dos séculos. Além de constituir uma forma de organização capitalista do trabalho atual, ele também serve como referência para a subordinação histórica das mulheres aos homens. Esse condicionamento é fundamentado na premissa de que o trabalho doméstico, primeira esfera de trabalho feminino, não é considerado parte da “produção socialmente necessária”, conceito defendido por marxistas ortodoxos.

Dessa forma, a autora reafirma que, contrariamente à ideia de que seja um resquício pré-capitalista, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres constitui um dos pilares fundamentais da produção capitalista. Ainda, argumenta que a subordinação das mulheres aos homens, no contexto capitalista, decorre, principalmente, da falta de remuneração pelo trabalho doméstico, e não da suposta improdutividade dele (Federici, 2017).

Nesse viés, cabe enfatizar que a dominação masculina, segundo a referida perspectiva, tem sua base no poder conferido aos homens pelo salário (Federici, 2017). Posto isso, Diniz (1998, p.197) reforça que,

Diferentemente do que ocorre com outras profissões, o trabalho em educação escolar não se dissocia da expectativa de desempenho feminino no lar. Educar na escola pode ser visto como um prolongamento do educar os filhos e a (des)qualificação para o seu exercício passa a ser ‘inerente à natureza feminina’.

Por isso, frequentemente, as expectativas confundem-se, por tratar-se de aparentes opostos. No entanto, é válida uma atenção a este equívoco, tendo em vista

que ele influencia diretamente na própria natureza crítica da profissão e, mais uma vez, no potencial da mulher.

Nesse sentido, Foucault (1977) enseja com a noção de que a sexualidade é compreendida como um dos instrumentos mais eficazes de controle, entendida como um dispositivo histórico do poder, o qual é produzido no interior de um conjunto heterogêneo de práticas discursivas, compondo-se em grupos estratégicos, em que se destaca a criança e a família. A docência nas infâncias, então, é um campo de disputa e resistência, no qual se exercem relações de poder e se constroem identidades.

### **Considerações (sem) finais e transitórias**

Este estudo teve como objetivo problematizar a complexa relação entre a docência na educação infantil, o neoliberalismo e a masculinidade hegemônica, buscando esclarecer questões fundamentais que permeiam essa interface por meio do fenômeno da maternalização. Nesse contexto, é possível observar a escola de educação infantil pública como um espaço em que a racionalidade neoliberal se manifesta, uma vez que essa lógica não se limita à esfera político-econômica.

Sendo assim, a escola, como instituição, é também um espaço de discurso de verdade e poder, conforme destacado por Foucault, o que a torna um local privilegiado para a análise da racionalidade neoliberal em ação. Desse modo, ao utilizar uma perspectiva foucaultiana, revelam-se determinantes no contexto das creches(-escolas), influenciados por uma razão sociopolítica-moral mais ampla às professoras, como:

- a) Estereótipos de gênero: a docência, na Educação Infantil, é frequentemente associada a características “maternais” distantes do pedagógico. Isso pode reforçar estereótipos de gênero e, ainda, distanciar homens interessados na carreira;
- b) Desmoralização do trabalho docente e destituição abrupta da intelectualidade: a maternalização da docência pode levar à invisibilização do trabalho docente como uma profissão exigente e especializada, o que impacta fortemente o reconhecimento e a valorização do trabalho intelectual e científico dessas professoras à nível social e de financiamento;

- d) Confluências na formação da identidade: a maternalização da docência atravessa a forma como os professores são formados ou como concebem o próprio curso de licenciatura em Pedagogia;
- e) Consequências para as crianças: a maternalização da docência pode ter consequências para as crianças, especialmente em relação ao ensino-aprendizagem, por compreender erroneamente a concepção de cuidado-educação, rememorando a iniciativa tópica de filantropia.

Assim sendo, o legado freireano nos lembra que o melhor discurso é o exercício da prática contextualizada e amorosa, em que a educação não pode ser opcionalmente política, pois ela é política (Freire, 2021). Somente assim é possível pensar além da maternidade, transgredindo os controles impostos pelas estruturas hegemônicas e “pensando além da maternidade”.

## Referências

ARAÚJO, Marlene. de; GOMES, Nilma. Lino. Infâncias e relações étnico-raciais: a tensa luta pela garantia de direitos em tempos antidemocráticos. *In*: GOMES, Nilma. Lino.; ARAÚJO, Marlene. de (org.). **Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2023. p. 27-59.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CORSARO, Willian. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-446, maio/ago. 2005.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Cristian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Margareth. **De que sofrem as mulheres-professoras?** *In*: LOPES, Eliane Marta (org.). A psicanálise escuta a educação. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1998. p. 198-223.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. **Cadernos Pagú**, Campinas, n. 26, p. 279-287, jun. 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PADILHA, Karina Lopes; STAROSKY, Miriam. A questão da cidadania e da liberdade nos processos da reforma psiquiátrica: Novas possíveis práticas de governamentalidade. **Mnemosine**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 116-143, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. Aula 18 de Janeiro de 1978. *In*: FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b. p. 39-72.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, tradução e revisão técnica de Roberto Machado. 16ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática docente. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006.

MACEDO, Elina Elias. Os direitos das crianças no centro da luta por creche. *In*: FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida.; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Org.). **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015.

MACHADO, Edneia; BROSTOLIN, Marta. A criança e infância na perspectiva da sociologia da infância e os entrelaçamentos com a educação infantil. *In*: CARVALHO, Janaína Nogueira Maia; ADEGAS, Fernanda Victória Cruz; SILVA, Camila Ferreira da; BROSTOLIN, Marta Regina (Org.). **A sociologia da infância**: possibilidade/s de voz e ação da criança e sua/s infância(s). Campo Grande: Ed. UFMS, 2022. p. 41-57.

MORUZZI, Andrea Braga; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. Sociologia da infância, pedagogia e currículo da educação infantil: algumas aproximações. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 28, n. 3, p. 166-185, set./dez. 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-posições**, Campinas, SP, v. 14, n. 1 (40), p. 177-194, jan./abr. 2003.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.

SENATORE, Regina Celia Mendes; VIEIRA, Cristiane Fogos. A mulher-mãe-professora na Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**, [s. l.], n. 10, jun. 2021.

---

## Notas

### \* Laís dos Santos Lopes

Atualmente, cursa o Mestrado Acadêmico em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Licenciada em Pedagogia pela mesma instituição. É membro atuante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores (Nufop) e conta com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1532-6140>. E-mail: [layloopees@gmail.com](mailto:layloopees@gmail.com).

### \*\*Solange Mary Moreira Santos

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana. Pedagoga pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4378-0743>. E-mail: [solangemmsantos@gmail.com](mailto:solangemmsantos@gmail.com).